

opinião

opinioao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Lixo da enchente

Desde 6 de maio, quando o recolhimento de entulhos provenientes de estragos da enchente em residências e pontos comerciais começou, até 26 de maio, as equipes do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre retiraram 10,5 toneladas de resíduos inertes - móveis, eletrodomésticos e outros materiais sujos por lama e lodo - das ruas da cidade (**Jornal do Comércio**, 27/05/2024). Pelo respeito e dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras da limpeza. Equipamentos de proteção, novas contratações, insalubridade. Espero que os órgãos de defesa do trabalho estejam de olho. (*Milena Silvester*)

Lixo da enchente II

Muito dolorido ver nossa amada Porto Alegre e o Centro da cidade com montanhas de entulho! Renascemos mais fortes! (*Cristiano Rocha Born*)

JC 91 anos

Nunca cheguei a relatar isso, mas meu pai é representante do JC há 50 anos no município de Getúlio Vargas. O JC fez parte de toda a minha vida. Parabéns pelos 91 anos! (*Delegada Nadine Anflor, deputada estadual pelo PSDB*)

JC 91 anos II

Da era dos linotipos à era da inteligência artificial, o Jornal do Comércio soube se renovar e ser sempre relevante para o público, comprometido com o jornalismo e com o crescimento do nosso Estado. A equipe, nossos parabéns por esse grande trabalho. (*Cezar Augusto Gehm Filho, CEO, CRM PipeRun*)

JC 91 anos III

O jornalismo sério e de qualidade é um dos pilares do conhecimento e promotor do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Há 91 anos, o Jornal do Comércio é parceiro diligente das instituições de ensino, ao disseminar informações e fortalecer a educação, a cultura, a pesquisa e a inovação. Parabéns! (*Bernadete Maria Dalmolin, reitora da Universidade de Passo Fundo*)

Pousada Garoa

O incêndio na pousada Garoa, que deixou 10 mortos e 15 feridos, na avenida Farrapos, no Centro de Porto Alegre, completou um mês em 26 de maio. As investigações sobre as causas estão sofrendo impacto das fortes chuvas. A Polícia Civil instaurou um inquérito, no entanto, devido ao alagamento na Procergs, os sistemas estão retornando aos poucos e não há previsão para a conclusão (**Site do JC**, 27/05/2024). Existe uma expressão - "tudo pela metade" - aplicável às condições de moradias ou gambiarras destinadas às pessoas mais pobres. Refugiam-se no termo liberdade econômica, mas falta responsabilidade social aos ditos empreendedores. (*Clarice Komora*)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Olhar para frente

Walter Lídio Nunes

Está em curso a maior crise que jamais enfrentamos, a qual, além de administrar as consequências da retomada, precisamos nos posicionar de forma consistente frente às futuras recorrências.

As mudanças climáticas definem redirecionamentos nas decisões sobre o futuro da qualidade de vida da sociedade. A possibilidade de crises semelhantes exige planejar e implementar ações de curto e médio prazo para evitar ou minimizar os riscos de danos socioeconômicos e ambientais.

Começar analisando proativamente as lições aprendidas e definir ações, sem a busca dos culpados que pode acarretar a perda de qualidade do debate sobre como nos preparar para enfrentar o futuro. Existem importantes melhorias no processo de gestão de crise, na integração dos setores públicos na mobilização da sociedade para agir de forma consorciada e sinérgica com mecanismos organizacionais burocráticos ágeis que a excepcionalidade da crise exige.

É mandatório definir uma agenda de estado para controlar o ciclo das águas (enchentes e estiagens) para evitar e prevenir as consequências socioeconômicas e ambientais.

O contexto climático e os cenários hidrológicos são as bases que definem infraestruturas que permitam a gestão do ciclo das águas e que comandem as políticas de regionalização e ocupação ordenada do solo. Isto determina os investimentos associados a políticas públicas do uso solo, definição dos planos diretores urbanos, políticas de habitação, redesenho nas cadeias econômicas, logisti-

ca, etc... Os municípios e regiões devem ter os seus planos de desenvolvimento como desdobramentos dos direcionadores decorrentes da visão da agenda de estado.

Os direcionadores científicos tecnológicos do plano não podem se submeter às tradicionais demandas políticas corporativistas dos setores públicos e privados.

A força da agenda para construir a nova realidade virá da convergência sócio política suprapartidária e despolarizada das entidades e lideranças com um processo de controle social que tenha uma ampla âncora social política para que a agenda não caia no esquecimento e perda de prioridade. É importante termos narrativas para construir a importância desta agenda para a sociedade.

Precisamos olhar para frente descontaminados da política das próximas eleições para viabilizar a retomada e a reconstrução de uma nova realidade que evite ou minimize as consequências danosas de crises semelhantes que serão recorrentes. Mais que lamentar o ocorrido, precisamos agir de forma consistente olhando para frente para construir uma nova realidade para o RS.

Presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (Sergs)

A força da agenda para construir a nova realidade virá da convergência sócio política suprapartidária

Onde estão os terrenos marginais reservados?

Isabela Beck da Silva Giannakos

Existe, legalmente, a faixa de terreno reservado às margens do Delta do Jacuí. Demarcar esta faixa e respeitá-la consiste em posicionamento relevante na reconstrução do RS, quando a prioridade é a realocação das famílias desalojadas.

Existem áreas suficientes para isto? A remoção de famílias do seu habitat, configura-se em medida efetiva? Importante considerar as inúmeras informações técnicas, científicas, econômicas e sociais na busca da efetividade das decisões e ao grau de urgência imposto.

O Plano Rio Grande, contempla três frentes de atuação: a primeira com ações emergenciais, salvar vidas, limpeza e realocação habitacional; a segunda, a reconstrução das habitações em locais com infraestrutura; a terceira compatibiliza as anteriores, através de iniciativas de longo prazo e desenvolvimento sustentável.

O comportamento das cheias do Lago Guaíba mostra que as edificações existentes à margem do rio, frente ao perfil topográfico local e à legislação

vigente, não são compatíveis. A faixa de terrenos marginais é definida em 15,40m para a parte da terra, contada da linha atingida pelo nível médio das enchentes ordinárias - NMEOR. Este foi definido em 1940, na cota de histórica, de 1,89m em relação ao "datum" Harmonia. Em 2021 foi alterado para a cota de 2,35m.

Quando demarcado em planta a cota histórica de 1,89m, o resultado mostrou que praticamente toda a área das ilhas do Delta do Jacuí encontrava-se abaixo da mesma, exceto pequenos pontos acima. Concluindo que significativa parcela das áreas marginais são terrenos reservados e alagadiços, mas em grande parte, edificados. Com o aumento da cota para 2,35m, evidente a piora da condição de alagamento. Todos abaixo da cota? Todos alagadiços?

O Muro da Mauá e o sistema constituído por diques, comportas e casas de bombas existente, precisam ser atualizados e redimensionados conforme o crescimento de Porto Alegre, da população e as já anunciadas mudanças climáticas.

Eis o somatório negativo que permitiu a ocorrência de catastrófica enchente na Capital e no RS. Importante que sejam mantidos os terrenos marginais reservados e o sistema de proteção às cheias redimensionado, para que sejam dirimidas futuras catástrofes!

Engenheira Civil, diretora da BSG Engenharia Patrimonial e perita judicial